REQUERIMENTO ESPECIAL Nº 135/2021

Requer à Mesa, ouvido o Plenário, a criação e instalação de Comissão Temporária Especial de Encostas.

Salvador, 17 de abril de 2021.

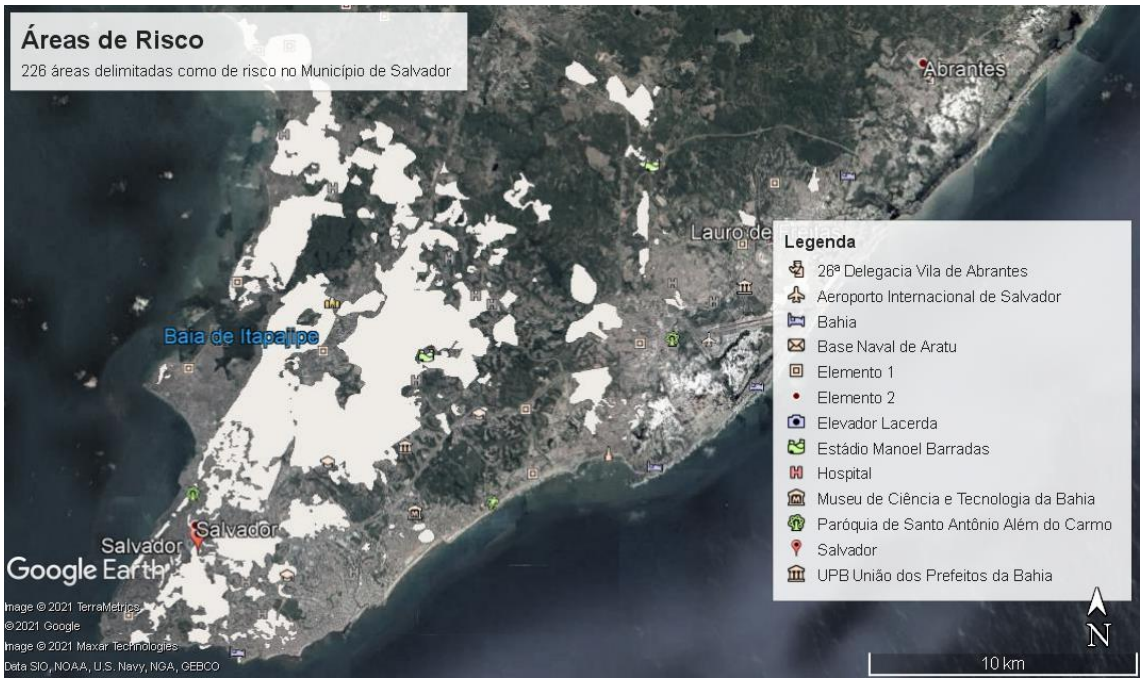


LAINA CRISÓSTOMO
CO-VEREADORA DA MANDATA PRETAS POR SALVADOR

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

JUSTIFICATIVA

De acordo com a pesquisa realizada entre o IBGE e o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN), núcleo vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio dos dados desagregados, a cidade de Salvador foi identificada, como o município com maior número de pessoas residentes em áreas de risco, quase metade de sua população, 45,50%, 1.217.527 pessoas.



A associação das informações sociodemográficas advindas do censo demográfico e às áreas de risco, deu origem a recortes territoriais denominado por meio de polígonos da Base Territorial Estatística de Áreas de Risco (BATER)

O município de Salvador possui 226 BATER's, ficando atrás em número de áreas de risco, apenas da capital do estado de São Paulo que possui 396 áreas nessa situação.

Em pesquisa realizada por Dias (2013) foi feito um levantamento histórico sobre ocorrências provenientes das chuvas e deslizamentos de terra, desde o ano de 1631, quando houveram 30 mortos em ocorrência na região da Conceição da Praia. Já no final do século XX, em 1971, foram 104 mortos, mais de 7.000 desabrigados e 1.400 imóveis destruídos devido às chuvas e deslizamentos de terra, atingindo vários pontos da cidade. Demonstrando que é uma problemática histórica proveniente de suas características de falhas geológicas e pelo processo de urbanização com concentração populacional em áreas sem infraestrutura. De tal maneira que sofria alterações na sua cobertura vegetal, com a implantação das primeiras casas, vias e becos, favorecendo a exposição do relevo ao processo de erosão.

Na última forte chuva ocorrida em Salvador, registrada na última semana do mês de março de 2021, a Defesa Civil (Codesal) registrou 114 ocorrências, sendo 43 delas de ameaça de deslizamentos. No primeiro semestre de 2020 dados levantados apontaram 184 ocorrências, 65 deslizamentos e 61 imóveis atingidos. O levantamento histórico e os dados mais recentes demonstram um contexto problemático e recorrente para uma parcela expressiva da população soteropolitana.

Em relação às características populacionais das pessoas em áreas de risco, o estudo realizado pelo IBGE e CEMADEN (2018), apontou que 50% desta população não possui renda, e 33,5% possui renda abaixo de um salário mínimo, ou seja, pessoas que residem em áreas de risco, também estão em situação de vulnerabilidade econômica, o que torna ainda mais complexo o cenário socioambiental dessas famílias.

Apesar da importância da situação de risco permanente dessas áreas no município de Salvador, a Lei Orçamentária Anual para o ano de 2021, demonstra uma redução no valor destinado a Defesa Civil de Salvador (CODESAL), no valor de R$2.060.000,00 (Dois milhões e sessenta mil reais), redução de 3,28%, em comparação com os anos anteriores, nos quais o orçamento evoluiu de maneira ascendente, 2019 aumento de 4,79% em relação a 2018, 2020 aumento de 10,84% em relação a 2019. A redução projetada para 2021 parece significar um recuo no caminho para uma solução mais permanente das condições das áreas de risco do município de Salvador.

Deste modo, é premente a criação e instalação da referida Comissão nesta Casa, de modo a viabilizar levantamento de dados e estudo sobre a situação das encostas de Salvador, ouvindo principalmente a população afetada, de forma a viabilizar soluções efetivas para o problema das encostas, especialmente com o escopo de evitar e/ou reduzir o número de deslizamentos, o que coloca a vida de milhares de famílias hipossuficientes em risco.

Salvador, 17 de abril de 2021.



LAINA CRISÓSTOMO
CO-VEREADORA DA MANDATA PRETAS POR SALVADOR